



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA TEKSID DO BRASIL LTDA. E NEMAK ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA. – COOPTEK

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA TEKSID DO BRASIL LTDA. E NEMAK ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA. – COOPTEK**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 04 de dezembro de 2.000, filiada à **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A COOPTEK tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Diretoria Executiva em 13/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

CECM dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda.

Rua Senador Giovanni Agnelli, 230 a 906 – Distrito Industrial Paulo Camilo – Betim – MG - CEP 32681-080

Telefone: (31) 3316-8380 / 8147 / 8459 / 8460 / 2123-8647 - Fax: (31) 3116-8147

CNPJ: 04.249.235/0001-72



3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.



g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios, entre outros equipamentos, as instalações e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).



n) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	149,93	15.926,28
Relações interfinanceiras – centralização financeira (a)	9.417.903,69	9.535.289,86
Total	9.418.053,62	9.551.216,14

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 533.173,66 e R\$ 552.423,82, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Financiamentos	3.377.551,76	3.547.853,94	6.925.405,70	6.322.331,91
(-) Provisões para Operações de Crédito	-76.829,33		-76.829,33	-80.241,64
TOTAL	3.300.722,43	3.547.853,94	6.848.576,37	6.242.090,27



b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Empréstimos Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A	0,5%	Normal	6.513.981,37	32.569,91	6.089.438,39	30.447,19
B	1%	Normal	78.684,70	786,85	6.842,30	68,42
B	1%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00
C	3%	Normal	169.943,83	5.098,32	96.232,46	2.886,97
C	3%	Vencidas	20.046,08	601,38	14.971,00	449,13
D	10%	Normal	73.434,74	7.343,48	48.264,33	4.826,43
D	10%	Vencidas	14.951,74	1.495,17	2.133,14	213,31
E	30%	Normal	22.342,09	6.702,63	14.587,81	4.376,15
E	30%	Vencidas	0,00	0,00	10.248,81	3.074,64
F	50%	Normal	13.635,77	6.817,88	7.196,05	3.598,04
F	50%	Vencidas	0,00	0,00	2.335,53	1.167,77
G	70%	Normal	4.207,45	2.945,22	3.163,71	2.214,60
G	70%	Vencidas	5.698,06	3.988,64	0,00	0,00
H	100%	Normal	3.332,55	3.332,55	14.665,31	14.665,31
H	100%	Vencidas	5.147,32	5.147,32	12.253,68	12.253,68
Total Normal			6.879.562,50	65.596,84	6.280.389,75	63.083,11
Total Vencido			45.843,20	11.232,51	41.942,16	17.158,54
Total Geral			6.925.405,70	76.829,35	6.322.331,91	80.241,65
Provisões			(76.829,35)		(80.241,65)	
Total Líquido			6.848.576,35		6.242.090,26	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.063.414,93	2.314.136,83	3.547.853,94	6.925.405,70

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	80.241,65	81.129,48
Constituições / Reversões no período	4.245,350	(259,76)
Transferência para Prejuízo no período	(7.657,67)	(628,07)
Total	76.829,33	80.241,65

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	145.808,04	2,13%	62.457,42	1,60%
10 Maiores Devedores	551.631,75	8,55%	389.985,83	7,20%
50 Maiores Devedores	1.456.371,80	21,27%	1.219.945,82	21,50%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	71.004,17	354.331,38
Valor das operações transferidas no período	7.657,67	2.686,33
Valor das operações recuperadas no período	(22.314,66)	(286.013,54)
Total	56.347,18	71.004,17

CECM dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda.

Rua Senador Giovanni Agnelli, 230 a 906 – Distrito Industrial Paulo Camilo – Betim – MG - CEP 32681-080

Telefone: (31) 3316-8380 / 8147 / 8459 / 8460 / 2123-8647 - Fax: (31) 3116-8147

CNPJ: 04.249.235/0001-72



g) Operações renegociadas:

Durante o exercício de **2019**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 5.539.906,38 (cinco milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e seis reais e trinta e oito centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoa física domiciliada no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a Receber	34.791,20	45.347,20
Adiantamento para pagamento nossa conta	200,00	200,00
Total	34.991,20	45.547,20

7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Móveis e equipamentos de Uso	24.418,32	27.569,48	20%
Sistema de Processamento de Dados	42.331,14	29.272,15	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(44.607,39)	(49.515,86)	
Total	22.142,07	7.325,77	

9. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0,00	2.258,35
Sociais e Estatutárias	186.352,29	156.134,69
Fiscais e Previdenciárias	21.602,46	26.418,06
Diversas	73.007,91	56.662,54
TOTAL	280.962,66	241.473,64

9.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	100.670,98	79.487,43
Cotas de capital a pagar a associados desligados	85.681,31	76.647,26
Total	186.352,29	156.134,69

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo

CECM dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda.
 Rua Senador Giovanni Agnelli, 230 a 906 – Distrito Industrial Paulo Camilo – Betim – MG - CEP 32681-080
 Telefone: (31) 3316-8380 / 8147 / 8459 / 8460 / 2123-8647 - Fax: (31) 3116-8147
 CNPJ: 04.249.235/0001-72



resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

9.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos – IRRF s/ juros ao capital	13.286,26	17.875,46
Impostos e contribuições a recolher	8.316,20	8.542,60
Total	21.602,46	26.418,06

9.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	54.936,38	43.199,64
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	18.071,53	13.411,90
Credores Diversos	0,00	51,00
Total	73.007,91	56.662,54

(a) Refere-se a: Provisão para Despesa com Pessoal, Provisão de Férias, Contribuição Sindical, Provisão de INSS Férias, Provisão de FGTS 13º Salário, Provisão de FGTS Férias, Provisão Pis 13º Salário e Outras Provisões de Pessoal.

10. Instrumentos financeiros

A COOPTEK opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras e operações de crédito. OS instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

11. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	15.858.684,94	15.467.054,53
Associados	2.200	2.397



b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva para Expansão

Destinado ao fundo de reserva de expansão, previsto para ser utilizado com melhorias estruturais, compra de equipamentos, moveis, reformas, expansão da estrutura física da cooperativa e melhoria nos sistemas operacionais

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$361.966,63, aumento de FATES em R\$ 67.868,75 e da Reserva para Expansão de R\$ 22.622,92.

e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei Nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	599.543,48	565.572,88
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(59.954,35)	(56.557,29)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(59.954,35)	(56.557,29)
Reversão da reserva de expansão	18.752,02	
Sobras à disposição da Assembleia Geral	498.386,80	452.458,30

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, a prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

12. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Empréstimos	1.365.445,74	1.272.946,51
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		3.797,19
TOTAL	1.365.445,74	1.276.743,70



13. Despesas Administrativas - Pessoal

Despesa de Pessoal	2019	2018
(-) Despesas de Pessoal – Benefícios	39.098,98	43.166,94
Assistência Médica	7.374,04	14.901,91
Programa Alimentação Trabalhador	30.597,46	27.235,3
Assistência Farmácia	811,46	1.029,73
Programa Cultural Trabalhador	316,02	
(-) Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	59.116,64	50.662,39
FGTS	13.192,09	11.333,49
Previdência Social	45.924,55	39.328,90
(-) Despesas de Pessoal – Proventos	173.344,50	153.916,38
Salários	139.601,82	129.104,45
13º Salário	10.944,05	8.330,39
Férias	15.916,13	12.381,54
Participação do Lucro MP-LL36	6.882,50	4.100,00
Total:	271.560,12	247.745,71

14. Despesas Administrativas - Outros

Despesa Administrativas	2019	2018
Despesas com Comunicação	1.136,24	538,34
Despesa Manutenção Conservação de Bens	230,00	970,00
Despesa de Material	1.734,85	1.424,79
Despesa de Processamento de Dados	57.218,27	31.612,27
Despesa Promoções e Relações Públicas	290,92	627,56
Despesa de Publicidade	400,00	320,00
Despesa Serviço do Sistema Financeiro	3.446,45	3.390,30
Despesa Serviço de Terceiros	86.132,99	89.363,73
Despesa de Transporte	1.452,89	1.691,19
Outras Despesas Administrativas	152.697,10	172.483,14
Despesa Depreciação	3.935,70	3.354,72
Total:	308.675,41	305.776,04

15. Ingressos de Depósitos Intercooperativos

Refere-se a rendimentos sobre saldos mantidos como Centralização Financeira no Sicoob Central Cecremge.

16. Outras receitas (Ingressos) operacionais

Refere-se, basicamente, a sobras oriundas do Sicoob Central Cecremge.

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.



18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 9.714,09	0,14%

Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	9.423,36	47,12	0,14%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de empréstimos, à taxa relacionada no quadro abaixo:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,9%	1,9%

19. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda. – COOPTEK, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista, que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma

CECM dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda.

Rua Senador Giovanni Agnelli, 230 a 906 – Distrito Industrial Paulo Camilo – Betim – MG - CEP 32681-080

Telefone: (31) 3316-8380 / 8147 / 8459 / 8460 / 2123-8647 - Fax: (31) 3116-8147

CNPJ: 04.249.235/0001-72



autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecremge:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 04)	9.417.903,69	9.535.289,86
Ativo Permanente - Investimentos (nota 07)	1.156.290,91	1.093.001,61

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2019, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2019 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

20. Gerenciamento de Riscos e de Capital

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

20.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

CECM dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda.

Rua Senador Giovanni Agnelli, 230 a 906 – Distrito Industrial Paulo Camilo – Betim – MG - CEP 32681-080

Telefone: (31) 3316-8380 / 8147 / 8459 / 8460 / 2123-8647 - Fax: (31) 3116-8147

CNPJ: 04.249.235/0001-72



Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

20.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de

CECM dos Empregados da Teksid do Brasil Ltda. e Nemark Alumínio do Brasil Ltda.

Rua Senador Giovanni Agnelli, 230 a 906 – Distrito Industrial Paulo Camilo – Betim – MG - CEP 32681-080

Telefone: (31) 3316-8380 / 8147 / 8459 / 8460 / 2123-8647 - Fax: (31) 3116-8147

CNPJ: 04.249.235/0001-72



política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

20.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

20.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

20.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa não possui seguros contratados. As premissas de riscos adotados dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4192/13 de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.



O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos de dezembro de 2019.

Betim, 13 de março de 2020.

Fabiola de Melo Pires
Diretora Presidente

Maria do Carmo de Oliveira
Diretora Financeira

Roberto Olímpio Costa
Diretor Administrativo

Maria Adriane Fernandes
Contadora–CRC nº: MG-094314/O-4